

A ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS NO ESPAÇO AGRÁRIO

Chrislayne Fernandes Santos¹

Núbia Dias dos Santos²

Acássia Cristina Souza³

Márcio Reis dos Santos⁴

1. REFLEXÕES INICIAIS:

A pesquisa visa refletir e analisar como se materializa a atuação do Estado no processo de reestruturação produtiva com base na *tríade: meios de produção, trabalho e espaço rural*, para assim compreender em quais bases se sustentam a relação campo-cidade, que ganha novos contornos a partir da década de 1990, quando o Estado consolida a relação de dependência do campo. Promove uma nova configuração geoeconômica permitindo fluidez de capitais e sustentando o desenvolvimento do setor urbano industrial, que a partir de então se torna prioritário na política de desenvolvimento regional e econômico do país. A pertinência da pesquisa ocorre pelo fato de que tal medida amplia a distância entre os resultados econômicos dos sociais, tendo em vista o Estado brasileiro ser desenvolvimentista e conservador, o qual trilhou um caminho para projetar o país no cenário internacional enquanto lócus do capital mundial/nacional. Para galgar tal posição foi desprezado ou delegado para o segundo plano o bem estar, uma condição de vida digna para parcela significativa da população brasileira, residente nas periferias dos centros urbanos ou no espaço rural, mas que desempenham um mesmo papel: o de servir como exército de mão-de-obra para os detentores dos meios de produção. Assim, o Brasil consegue se caracterizar como país dinâmico no aspecto econômico, mas detentor de uma grande fratura social fruto de uma trajetória histórica, marcada para dar conta dos interesses do capital e do mercado em detrimento das necessidades e direitos da sua população.

O discurso e a prática neoliberal assumido a partir da década de 1990 visavam dar visibilidade e sustentação financeira ao processo de industrialização que naquele momento assumia a dianteira na reprodução do capital e servia como parâmetro para a divisão internacional do trabalho. Neste sentido os países eram classificados como desenvolvidos ou subdesenvolvidos a partir do grau de desenvolvimento do seu parque industrial e da modernização do espaço agrário. A modernização, por sua vez, era entendida enquanto inserção de maquinários e insumos, sem a presença neste pacote, da modernização no que se refere às relações de trabalho, as melhorias nas condições sociais de vida dos sujeitos responsáveis pelo funcionamento das máquinas e do chamado progresso técnico.

O subdesenvolvimento funcionava ideologicamente como uma etapa a ser vencida para se chegar ao ótimo na perspectiva capitalista correspondente ao que era o status de desenvolvido. Para além do jogo político interno, da geopolítica desenvolvida pelo Brasil no cenário mundial, do papel de destaque que o mesmo apresenta enquanto potência regional na América Latina, o desafio e a inquietação que envolve a presente pesquisa está centrada no cenário e no papel a ser

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Federal de Sergipe\Brasil

² Doutoranda em Geografia – NPGE/UFS. Professora do Departamento de Geografia – UFS\Brasil
nubiadi@ig.com.br

³ Professora do Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe\Brasil. acs@ufs.br.

⁴ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Federal de Sergipe\Brasil.

desempenhado pela reestruturação produtiva. O avanço no meio técnico científico e informacional, toma assento no lugar do processo de desenvolvimento industrial. Tecnologia, conhecimento, avanço nos meios de comunicação e informação; circulação de informações, mercadorias e pessoas, ganham papel de destaque para além da simples presença do parque industrial. Os países passam a ser reconhecidos enquanto periféricos ou países de capitalismo avançado mediante a velocidade e agilidade entre o processo de produção de bens e mercadorias e o seu efetivo consumo em qualquer parte do planeta. Neste sentido, a pesquisa de caráter teórico foi elaborada com base na leitura da literatura que versa sobre os estudos relacionados à reestruturação das forças produtivas do país. Assim como das políticas públicas adotadas a partir da década de 1990, tendo como cerne a atuação do Estado, buscamos assim, na perspectiva de analisar os impactos e desdobramentos que suas ações têm provocado para o conjunto da sociedade brasileira, principalmente para a classe camponesa e os trabalhadores do campo e da cidade.

Também para visualizar e descortinar tal realidade dados e informações foram coletados em órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que no seu conjunto espacializam as informações, ao tempo em que apresentam a evolução atinente à reestruturação produtiva, e focalizam a precarização nas relações de trabalho. Assim, no espaço brasileiro a expansão territorial do capital e a tomada e permanência do monopólio das oligarquias no espaço agrário têm gerado profundos impactos socioeconômicos e socioambientais, tanto no campo como nas cidades. A reestruturação produtiva - e conseqüente reestruturação do território - é produto do incentivo à grande propriedade privada da terra.

O agronegócio é apresentado como salvador da economia nacional, e a difusão da modernidade no espaço agrário, impõe novas especializações e espacializações produtivas nos diferentes territórios. Há dizimação da natureza para fins especulativos com o falseamento dos biocombustíveis como estratégia de combustível limpo. Surgem novas relações sociais, muitas das quais pautadas na sobre exploração do trabalhador que a cada dia vem perdendo sua identidade como tal, seus direitos e ganhando o perverso status de escravo moderno, diante da sua degradação e do retorno de modalidades de relações de produção pertinentes ao período colonial, com exceção apenas da arquitetura da senzala. O Estado ganha um novo papel enquanto regulador, articulador e promotor das relações de produção, para além do âmbito local, regional e/ou nacional, totalmente subordinado aos grupos econômicos que ganham abrangências transnacionais. Mas para os grupos sociais oprimidos da sociedade o Estado tem se tornando pequeno, míope, surdo e alheio às necessidades e direitos dos trabalhadores, estes sim, locais, regionais e/ou nacionais.

O distanciamento do Estado do conjunto da sociedade, sua aliança cada vez mais estreita com o capital denunciam a necessidade de despertar na própria sociedade para se encaminhas decisões contrárias, tomando como referência a transformação da natureza em mercadoria, a sua exploração e degradação. Aliada a ela soma-se a exploração do homem para alimentar os padrões de consumo das classes sociais abastadas. Pensar a reestruturação produtiva passa necessariamente pela mudança de atitude do próprio homem e das suas relações sociais e de produção, de modo que produzir passe a significar, produzir vida, dignidade, igualdade social e de direitos, e o homem possa realizar-se mediante o seu próprio trabalho, relação de simbiose e alteridade com seus pares e com a natureza.

2. O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO E A ATUAÇÃO DO ESTADO NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO ESPAÇO AGRÁRIO

Pensar e refletir acerca do desenvolvimento econômico em países que historicamente ocuparam posição periférica e subserviente no cenário mundial, frente aos países de capitalismo avançado, obriga-nos a inserir no contexto e buscar a compreensão do processo levando em consideração o jogo político que envolve a estrutura de poder e os atores sociais nele inseridos. A reflexão pauta-se assim no papel desempenhado pelos atores sociais que movimentam os arranjos econômicos no interior do país, para assim compreender de que maneira e sob quais bases políticas e ideológicas, se manifesta de fato, um processo econômico que se processa moldado por interesses de grupos econômicos distintos com abrangência nacional e internacional.

O Estado, na América Latina, foi sendo construído como um importante aliado das classes dominantes, tanto da burguesia interna como da externa. O cerne da questão, no entanto, não pode ser reduzido ao Estado, mas sim à própria lógica da expansão do capital e ao sistema de poder inerente à acumulação capitalista, que transcende as fronteiras nacionais. (COSTA, 2006, p. 46-47).

O Estado entra em cena na condição de maestro cuja finalidade seja a de aplainar os caminhos do capitalismo, transpondo todo e qualquer obstáculo que venha colocar em xeque a segurança e a certeza de que os investimentos canalizados para determinadas atividades econômicas e direcionados a setores específicos da economia, tenham retorno seguro. O retorno dos investimentos financeiros se materializa em exorbitantes margens de lucro devidamente atingidas e/ou superadas a depender dos mecanismos de coação, controle, exploração e expropriação colocados em execução que penalizam os camponeses, os trabalhadores do campo e da cidade. Marginalizam também os pequenos proprietários dos meios de produção, que ficam a margem das políticas do governo e não dispõem de capital para competir com os concorrentes nas mesmas condições benévolas proporcionadas pelo Estado a partir das políticas macroeconômicas assim como as políticas setoriais.

Com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, o Estado se fez necessário às elites a fim de regular as questões sociais, fruto das novas relações entre o capital e o trabalho e entre estes e o Estado. Surge então um Estado responsável pela formulação das políticas econômicas e sociais e por sua execução. (CARVALHO, 2005:341).

Em todos os setores da economia brasileira tornou-se visível que o movimento do capital em processo, seja em sua dimensão estrutural, de reorganização dos espaços, da produção de valor, seja em sua dimensão social e política com a ofensiva neoliberal, coloca para a classe que vive da venda da sua força de trabalho imenso e complexos desafios (Alves, 2003). Estes na atualidade se processam dentro da chamada reestruturação do mundo do trabalho, quando ideologicamente as sucessivas perdas nos postos de trabalho advindas do desenvolvimento das forças produtivas com base no avanço no meio técnico científico informacional são apontadas como fracasso e responsabilidade do próprio trabalhador. O trabalhador é responsabilizado pelo seu desemprego na medida em que não se qualifica para atuar nos novos postos de trabalho que exigem novas e complexas habilidades e qualificação. Tem-se por outro lado, a jogada ideológica

quando o desenvolvimento do modelo capitalista em processo, não se materializa mais de forma hegemônica sob o setor produtivo. A financeirização da economia abre um divisor de águas na história do sistema capitalista, na medida em que a exploração do trabalho e a produção direta da mercadoria, não são mais os responsáveis pelo funcionamento da máquina capitalista. Esta ganha novos contornos e feição na medida em que o capital virtual entra em cena e passa a ter maior valor do que a própria mercadoria. Neste sentido e dentro destes dois aspectos o homem vendedor da sua força de trabalho tende a cada dia ficar mais fragilizado e tem como horizonte o seu descarte, tornando-se peça dispensável e obsoleta em um sistema que tudo desenraiza, desqualifica, exclui. Para aqueles que continuarão na condição de mão de obra, cresce a denominada escravidão moderna, quando a presença da carteira de trabalho assinada, tem efeito positivo para o empregador. Este burla a legislação trabalhista e dispensa aos trabalhadores, condições subumanas de trabalho, diferenciando-se do escravismo anterior apenas pelo impedimento de vender o trabalhador (na condição de mercadoria) e em alguns casos pela ausência da arquitetura da senzala.

A ofensiva neoliberal que toma força em meados da década de 1980 evidencia em muitos casos os diversos desafios que a população brasileira vivenciará para viabilizar condições mínimas de sobrevivência e dignidade. Assim, o discurso neoliberal nasce posteriormente a 2ª Guerra Mundial enquanto contraponto a política adotada pelo Estado Keynesiano, pautado em um Estado forte, intervencionista e de bem-estar-social, buscando nessa perspectiva a materialização de um outro tipo de capitalismo. No caso, um capitalismo onde inexistisse qualquer participação do Estado como agente controlador e regulador de mercado.

Até então, o discurso neoliberal não havia sido incorporado de forma intensa no campo social, tampouco no econômico. Todavia, com a recessão enfrentada pelos países de capitalismo avançado na década de 1970, possibilitou uma transformação relevante no modo de se pensar a economia e as questões sociais, trazendo de fato a ideologia neoliberal para o campo prático.

Nesse contexto, o Estado se faz necessário, de modo a ser o articulador para a aplicação de tais propostas, no momento em que ele se apresenta enquanto peça-chave para a implementação dessas políticas voltadas para o âmbito econômico em detrimento do social. Desse modo constata-se que o discurso neoliberal está baseado em medidas que visam uma re-oxigenação da dinamização das economias de capitalismo avançado, em detrimento das políticas sociais, em que estavam sustentadas o Estado Keynesiano, o Estado de bem-estar.

Na proposta desenvolvimentista o Estado seria o agente coordenador e planejador do processo de crescimento econômico. A idéia de planejamento da economia era hegemônica entre os economistas brasileiros, inspirados nas análises de Keynes, na ação do governo norte-americano com o New Deal e segundo as orientações da Cepal. Era preciso desenvolver e proteger a indústria nacional até que ela estivesse em condições de competir no mercado externo. (COSTA, 2006, p. 132).

Nas últimas décadas a estrutura da propriedade e da posse na terra na América Latina tem sido alterada em função da modernização da agricultura. O sistema latifúndio - minifúndio estão se transformando em capitalista – campesino/ pequenos produtores. Os latifúndios na maioria dos casos se transformando em empresas capitalistas e o minifúndio em unidade familiar produtora a qual se vincula a empresa capitalista e ao resto da economia, fundamentalmente através de relações de mercado.

A definição de uma nova política industrial não poderia se dar sem que houvesse profundas alterações no meio rural. Os que defendiam a alternativa modernizante que se instalou (a partir da instalação da ditadura militar), discordavam da necessidade da reforma agrária para a melhoria do desempenho do agro brasileiro. Para esses, o gargalo da agricultura brasileira não se encontrava na estrutura agrária, mas essencialmente nas baixas produtividades da mão-de-obra e das culturas (que não se alterariam pela simples divisão das terras). Portanto, para esses, a reforma na agricultura deveriam se dar fundamentalmente através da modernização da base tecnológica, incrementando-se a mecanização, a utilização de adubos sintéticos e de variedades melhoradas. Em outras palavras, significava manter um padrão de ocupação do espaço concentrado, mudando-se apenas o padrão de uso. (CARVALHO, 2005, p.231).

Através do processo histórico no qual o Brasil está inserido, demonstra a subordinação do país ao mercado mundial de modo mais intenso, a partir do momento em que ele se desenvolve com base na sobrexploração da mão-de-obra seja escrava – assalariada/ escrava - semi-escrava, e na grande propriedade monocultora, onde esta atividade se fez extremamente predatória e destrutiva para as relações sociais existentes e degradação acelerada do ambiente.

O Brasil, inserido nesse contexto, não ficou isento da onda conservadora que estava sendo propagada no final da década de 1980 e início da década de 1990, onde foram disseminadas as políticas neoliberais, o que promoveu profunda abertura tanto financeira como comercial, viabilizando a privatização de ativos públicos e minimização da atuação do Estado. O objetivo dessas medidas, segundo Erber & Vermulm (1993), seria estabelecer a lógica mercantil como o novo eixo do desenvolvimento a partir da modernização acelerada dos espaços “atrasados” e de suas estruturas produtivas, de maneira a realizar a integração “ativa” do Brasil à economia mundial e a recuperação da acumulação capitalista.

No século XX, mais precisamente no decorrer na década de 1990, o processo de reestruturação produtiva decorrente da crise estrutural do capital alterou drasticamente as relações no mundo do trabalho numa verdadeira materialização da precarização deste. O Estado brasileiro, que até então mantinha uma postura intervencionista em suas políticas, passa a defender um posicionamento desenvolvimentista para o país, se inserindo cada vez mais no cenário internacional e promovendo a manutenção da ampliação do capital nacional/mundial, abrangendo todos os setores da economia: indústria, agricultura, serviços e comércio. Ele passa a ter em suas bases o discurso do capitalismo, o discurso do desenvolvimento, do moderno. Este novo discurso utiliza-se dos espaços que não serviam, até esse contexto, ao sistema do capital de forma direta, nomeando-os como espaços atrasados, não-modernos que impediam os países ditos “subdesenvolvidos” de chegarem ao desenvolvimento. A viabilidade para se chegar ao “desenvolvimento” só seria possível a partir da inserção dos países ditos atrasados no processo de industrialização e avanço tecnológico.

A nova base tecnológica da produção, a flexibilização produtiva, que fragmenta o processo produtivo, deslocando a produção industrial para vários países, a diminuição dos empregos devido ao avanço tecnológico, a insegurança causada pelo medo do desemprego, a terceirização das atividades, todos esses fatores caíram como um torpedo na estrutura sindical montada com base numa planta de fábrica no estilo fordista. Com a fragilização dos grandes sindicatos, o poder da classe trabalhadora na esfera política também diminuiu, passando a postura defensiva. (COSTA, 2006, p.79).

A proposta de desenvolvimento para o Brasil se materializa montado em bases de uma economia dependente dos países de capitalismo avançado. Opta-se por inserir o Brasil na divisão internacional do trabalho, em bases extremamente subservientes, mas que resultasse em uma dinâmica na economia brasileira e colocasse o país na rota do chamado desenvolvimento. Os brasileiros pobres, oprimidos, trabalhadores, irão pagar um alto preço pela opção da elite política e econômica do país, na medida em que o desenvolvimento econômico ainda em curso no país, se realiza penalizando, excluindo e mantendo grande parte da população em condições abaixo da linha de pobreza. Para diminuir a visibilidade na fratura social que se arrasta no país desde a invasão do território pelos portugueses, o Estado tem se ancorado na repressão dos movimentos sociais e dos trabalhadores, ou de forma mais sutil, empregado o veículo das políticas compensatórias muitas das quais aliadas a formas distintas de controle social. Mantém a visão conservadora e depreciativa da população, considerando-a inapta para participar ativamente das decisões políticas, sendo convidada apenas para legitimar o projeto político elaborado pela elite e executado pelo Estado brasileiro.

No caso dos países em desenvolvimento, os projetos de industrialização via substituição de importações levados a cabo pelo Estado no pós-guerra generalizaram um padrão de intervenção estatal que afetou sensivelmente a suas agriculturas, atribuindo-lhes, ademais, as “funções” – (...) nos anos 50 e 60 – de transferir recursos para o financiamento da industrialização (mesmo que fosse através de taxas de câmbio valorizadas) e de produzir alimentos baratos (mesmo que através do controle de preços) para viabilizar um processo de industrialização dependente do pagamento de baixos salários para a sua força de trabalho. (DELGADO in LEITE, 2001, p. 17-18).

É dentro deste contexto que se insere a política de modernização da economia brasileira. Esta é marcada pela industrialização, sobretudo pela industrialização e modernização da agricultura, permitindo o desenvolvimento da mesma nos moldes de produção capitalista e possibilitando aos latifundiários e aos capitalistas/proprietários de terra a apropriação da renda capitalista da terra, aumentando a concentração da estrutura fundiária no Brasil e conseqüentemente a territorialização do capital materializada nos monopólios ou complexos agroindustriais.

Foi nesse movimento de transferências de “pacotes tecnológicos” da “Revolução Verde”, que a modernização se estabeleceu representada na incorporação de tecnologias: máquinas, agrotóxicos, adubos e também com a presença da assistência técnica. Isso possibilitou uma diversificação e aumento da produção e produtividade. O resultado foi a consolidação da agricultura com as indústrias produtoras de bens de capital e com as indústrias processadoras de produtos agrícolas, nos CAIs. Neste prisma, assentou-se toda a política de modernização da agropecuária brasileira e as medidas para promover a mudança da base técnica da produção do setor. A mudança da base técnica e a formação do Complexo Agroindustrial resultam do casamento de um sistema financeiro, grande capital, Estado e proprietários rurais. (OLIVEIRA, 2007:80).

O espaço agrário brasileiro inserido nesta “nova” lógica passa a se adequar a essa modernidade, ao avanço técnico do maquinário e a inserção dessa nova tecnologia. A idéia de modernidade passa a ser difundida a partir da década de oitenta, no Brasil, através do desenvolvimento da agricultura pautado no “complexo agroindustrial”. Este caracterizado por promover a modernização técnica do latifúndio, uma agricultura em grande escala, baseada no plantio ou na criação de rebanhos, fundamentada na prática de arrendamentos e conseqüentemente na expropriação do homem do campo. Neste sentido a postura do Estado brasileiro realiza-se mediante o incentivo aos complexos agroindustriais elegendo a agroindústria como modelo de desenvolvimento para o espaço rural. Vende ideologicamente a visão de que as distorções, desigualdades e pobreza rurais estavam sendo superadas pela via da modernização excludente, conservadora e sanguinária do latifúndio. No âmbito ideológico, foi como ainda é possível propagar e disseminar tais propagandas, tendo em vista o contínuo crescimento na produção e produtividades de alguns cultivos como o crescimento no número dos rebanhos. Não é divulgado que o destino desta produção de alimento e criação de animais é o mercado internacional principalmente a Europa e Estados Unidos, o que significa na prática que a população brasileira não é beneficiada com a elevação da produção de cultivos que não se destinam à sua mesa. Por outro lado, a idéia de elevação da produção, vem combinada com a falsa inclusão social, mediante a ilusão de que houve e há abertura de novos postos de trabalho. Na prática a mecanização expulsa a mão-de-obra do espaço rural, ao tempo em que empurra os pequenos produtores para áreas de mais difícil acesso e com condições de produção mais penosas, quando não são também literalmente expulsos da terra, para ceder lugar ao latifundiário.

O homem do campo persiste enquanto “agricultor familiar”, este sendo inserido cada vez mais no sistema do capital e sujeitado aos mandos e desmandos do agronegócio. Contudo, como todo processo histórico é um processo dialético, a contradição no espaço agrário continua marcada pela persistência da agricultura camponesa, onde vai haver um vínculo entre o capital monopolista, a partir da própria produção camponês que se materializa produzindo e gerando mais capital. A partir da compreensão de Oliveira (2005), o capital não tem necessariamente se territorializado, mas sim monopolizado o território quando este é ocupado pelos camponeses.

A incorporação de tecnologias tinha como fito aumentar a produtividade do trabalho fazendo o capital superar os limites ao seu desenvolvimento no campo. A modernização foi assim necessária ao capital na ampliação do seu domínio, nos espaços agrários e na necessidade de mobilidade de excedente de trabalhadores nas cidades. Pela expropriação dos meios de produção dos trabalhadores que não tinham condições de competir com a agricultura que se impunha, altamente competitiva e que exigia muitos recursos, houve uma ruptura das relações de trabalho anteriormente difundidas, o que ocasionou a mobilidade da força de trabalho aos centros urbanos possibilitando a acumulação de capital industrial nas cidades à custa de baixos salários. Essa mobilidade de trabalho se constitui em um corolário do trabalhador submetido ao capital. (OLIVEIRA, 2007: 83).

É percebido que o espaço agrário brasileiro sofre uma modificação/alteração no momento em que o discurso desenvolvimentista adentra através do próprio Estado, no âmbito nacional, seja com incentivos diretos ou indiretos, a fim de articular e viabilizar a modernização do espaço agrário brasileiro, dinamizando o espaço rural para que este deixasse de ser “atrasado” e alcançasse o desenvolvimento. A noção de desenvolvimento por sua vez, esteve atrelado ao

modelo urbano industrial, ficando o espaço rural responsável em responder as demandas oriundas da indústria, nos setores a montante e a jusante.

Com a integração do espaço agrário e do espaço urbano a dependência entre os dois setores se dá se forma mais intensa e a subordinação do campo as necessidades de reprodução do capital se torna mais perversa. Os produtos e matérias-primas do campo abasteciam as indústrias e as indústrias se desenvolviam através dos mecanismos utilizados pelo Estado, a exemplo dos I PND e o II PND (Planos Nacionais de Desenvolvimento) e através da “necessidade” apresentada nesse momento pelo campo - em fase de modernização - de produtividade de insumos, fertilizantes, maquinário, tecnologia, entre outros, havendo assim uma troca de produtos e serviços entre o espaço agrário e o espaço urbano - imposta para que houvesse um incremento e maior dinamização dessa economia.

Assim o espaço agrário brasileiro passa a não ser visto mais como setor prejudicial, um entrave para o desenvolvimento, mas apêndice e setor produtivo complementar ao processo macro. Passa a ser um elo de ligação entre diversos setores produtivos do país no momento em que ele começa a abastecer a indústria e as cidades. Como a prioridade na política econômica não é abastecer o mercado interno, mas utilizar a produção monocultura para exportação e assim garantir dividendos à balança comercial a produção desenvolvida pelos pequenos agricultores e camponeses nem sempre é suficiente para atender as necessidades básicas da população, o que implica em momentos distintos uma insegurança alimentar e a dependência das importações. Segundo Oliveira (2007) foi o uso das tecnologias instrumentalizadas pelo Estado que permitiu o controle do processo produtivo e de trabalho para acumulação de capital, privilegiando as culturas modernas de exportação em detrimento das culturas de subsistência.

As grandes propriedades, os latifúndios foram os principais beneficiados com as tecnologias inseridas nas propriedades via subsídios do Estado. Há assim, uma maior intensidade nas relações capitalistas e a consolidação na divisão do trabalho a partir do tamanho da propriedade e do acesso que o proprietário tem ou não as políticas públicas direcionadas ao espaço rural. A proposta de desenvolvimento para o espaço rural tem como parâmetro os cultivos e produtos de exportação, como as monoculturas (café, soja, cana-de-açúcar laranja e etc.), enquanto que um grande contingente de pequenos produtores foi expulso do campo, ou foi submetido à condição do trabalho que em alguns casos imitam e\ou burlam o assalariamento. Outra parte dos pequenos produtores, os camponeses, permaneceu no campo sem incorporar novas tecnologias e produzindo para o mercado interno, estes assumindo parte da produção (excedente) dos produtos alimentícios de subsistência. (OLIVEIRA, 2007). Na perspectiva da produção dos complexos agroindustriais esse camponês que não incorporou as novas tecnologias precisa ser inserido nesse processo viabilizando sua permanência na terra, logo, a agricultura familiar é vista a partir de uma perspectiva de integração da mesma nesse sistema produtivo, havendo o incentivo a modernização e tecnificação para se chegar ao “desenvolvimento”. Deste modo, a força de trabalho campesina passa a servir ao capital, que não precisa designar recursos para o pagamento desta força de trabalho. Neste contexto, o Estado brasileiro, viabiliza a propagação do discurso da agricultura familiar, descaracterizando a produção camponesa, vista como atrasada e rudimentar, a partir da modernização desse camponês, agora inserido no circuito do capital enquanto agricultor familiar. Esta inserção pode acontecer de fato como para parcela expressiva do campesinato representa apenas um mito assim como a mudança na nomenclatura afim de confundir e criar um crise de identidade de classe, fragilizando-os e obrigando-os a se acomodarem diante do contexto que lhes é imposto, visando anular e decretar a morte do camponês.

Cerca de 52 milhões de brasileiros vivem no mundo rural, embora nem todos dependam da agricultura para sobreviver. Outros 13 milhões são migrantes que se estabeleceram nas zonas metropolitanas nas últimas duas décadas onde têm uma existência precária na maior parte dos casos. Destes últimos, muitos mantêm vínculos com seu mundo de origem e a ele voltariam se tivessem condições de sobrevivência garantidas. (CARVALHO, 2005:378).

A partir de uma inserção cada vez mais perversa do espaço agrário brasileiro na lógica capitalista de produção e sua expansão produtiva baseada nas culturas agrícolas de exportação, o Estado brasileiro passa a se portar enquanto mediador e financiador das aquisições de investimentos para a expansão da fronteira agrícola monocultora voltada a exportação. Como exemplo das políticas de incentivos voltadas ao setor agrícola, temos a cultura da soja. O incentivo para o desenvolvimento dessa cultura inicia-se no período dos governos militares pós-64 com a finalidade de ampliar o comércio internacional do Brasil com a União Européia e com Japão. A expansão da fronteira agrícola na região do cerrado brasileiro está relacionada aos incentivos oriundos do Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado, onde os investimentos são provenientes da Companhia de Promoção Agrícola, constituída por Bancos Nacionais, empresas privadas, investimentos estrangeiros, dentre outros. O que mais chama atenção neste processo, no entanto, é que tais políticas, são elaboradas por agentes externos e estranhos ao Brasil, como é o caso do FMI que tem determinado como e quais bases o Estado brasileiro deve atuar nos setores econômicos e dentre estes o setor agropecuário.

As alterações ocorridas no campo se materializam de forma mais intensa com os complexos agroindustriais, haja vista que essa atividade visa o aumento da produção e da produtividade, sem levar em consideração as condições de vida daqueles que vivem no campo, os trabalhadores rurais e camponeses. Como resultado há a expulsão dos camponeses que são obrigados a migrarem para o espaço urbano e neste servir como exército de reserva e indexador para baixo dos salários urbanos. Os que continuam no espaço rural vivem em condições de super exploração. Parcela significativa compõe uma massa trabalhadores ditos assalariados e camponeses, onde a permanência do homem do campo na terra se faz viável através de uma nova roupagem desse indivíduo, isto é, são agora conhecidos como “agricultor familiar” sujeitado as demandas do agronegócio e recebendo incentivos para continuarem oprimidos no campo a partir da política do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) ou através da política de mercantilização das terras, com a denominada reforma agrária de mercado.

Nos discursos vinculados no Portal do Agronegócio (2007) torna-se bastante perceptível, como expõe Souza (2008, p. 105), a grande propaganda é a da superação do atraso no campo brasileiro mediante a difusão do modelo em que as bases de seu desenvolvimento tornam-se palco de interesse para todo o país. Veicula a idéia de que o desenvolvimento no campo nas condições em que se processa supera os interesses de grupos econômicos que tentam controlar a agricultura no país e no mundo, beneficiando também os grandes latifundiários nacionais, que estabelecem diversas formas de aliança com o capital estrangeiro, com destaque ao capital financeiro. Desse modo, é através do discurso do “desenvolvimento” e da modernização que a sociedade poderia chegar a um patamar de alto grau de perfeição. Segundo Souza (2008), na prática ocorre um processo de expropriação das terras dos camponeses, desemprego estrutural no campo, concentração das terras e da renda, e a degradação das condições de trabalho (para aqueles poucos que conseguem se manter, precariamente, no processo produtivo). Nessa perspectiva:

A sede da expansão do agronegócio é tamanha, e os latifundiários que controlam a grande maioria das terras passam a difundir o discurso das potencialidades naturais do país, como forma de garantir a apropriação de novos territórios, em que buscam expropriar os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, que se reproduzem historicamente em muitas dessas áreas. Isto é visível a partir do levantamento feito pelo próprio portal do Agronegócio, quando divulga que o país possui ainda 90 milhões de terras agricultáveis ainda não utilizadas, podendo aumentar em, no mínimo, três vezes sua atual produção de grãos, saltando dos atuais 123,2 milhões para 367,2 milhões de toneladas. Com isso, o país chegaria a uma área plantada de 140 milhões de hectares, com a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e no Nordeste, tudo isso, segundo este discurso “sem causar qualquer impacto à Amazônia e em total sintonia e respeito à legislação ambiental”. (SOUZA: 2008:105)

Mediante esta condição contraditória de “desenvolvimento” das forças produtivas, observado pelo incentivo a produtividade em detrimento das condições necessárias para reprodução do homem do campo, o agronegócio apresenta-se na esfera nacional totalmente apoiado pelo Estado. Contraditoriamente ao que é propagado, apesar do maior contingente de terras apropriadas ao desenvolvimento da agricultura estar voltadas a esse tipo de investimento, ele apresenta-se na contramão do discurso disseminado, ou seja, é o setor que menos emprega. Desse modo, segundo a Pastoral da Terra, em 2006, atinge menos de 20% da população empregada no campo, havendo em muitos casos a super exploração dos trabalhadores rurais, que vivem em condições de trabalho degradantes, a exemplo dos trabalhadores temporários, sem garantias trabalhistas; onde em muitos casos persistem as “novas” formas de trabalho moderno nas grandes lavouras: o trabalho escravo e semi-escravo.

Nessa perspectiva, o discurso disseminado em relação aos complexos agroindustriais está pautado na solução mais eficiente e moderna para o espaço agrário brasileiro, modernidade essa que é concretizada a partir da persistência das condições de trabalho escravas e semi-escravas, logo, de relações sociais mais do que atrasadas e arcaicas, enfim, subumanas.

Nas últimas décadas, de modo mais intenso nos últimos anos, o aumento de flagrantes por fiscais do Ministério do Trabalho em diversas propriedades latifundiárias do país constata às péssimas condições do trabalho, a que são submetidos os camponeses, altamente precarizado e da sobreexploração dos trabalhadores. Como exemplo desse processo de “modernização” do trabalho nas lavouras “modernas” do campo brasileiro, tem-se a ação promovida por agentes do Ministério do Trabalho em 30 de setembro de 2007, na fazenda *Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A)*, onde foram resgatados em condições semelhantes a da escravidão, um total de 1.108 trabalhadores. Segundo Souza (2008, p.115-116), as condições que esses trabalhadores do campo “moderno” vêm sendo submetidos são cada vez mais degradantes, dormindo em locais superlotados com esgoto a céu aberto, recebendo comida estragada e água sem condições de consumo, além de salários que chegavam a R\$ 10,00 por mês. Nessa perspectiva, observamos o surgimento de “novas” relações sociais, muitas das quais pautadas na sobre exploração do trabalhador que a cada dia vem perdendo sua identidade como tal, seus direitos, conquistados através de diversas lutas, e ganhando o perverso status de escravo moderno, diante da sua degradação e da persistência e retorno de modalidades de relações de produção pertinentes ao período colonial, com exceção apenas da arquitetura da senzala.

Chama atenção como em nome deste chamado desenvolvimento determinadas atividades econômicas pelo fato de possuírem destaque no cenário nacional, se tornam blindadas em relação à lei que rege as relações de trabalho. Neste contexto, ao tempo em a cultura canavieira, nos

últimos anos vem sendo cada vez mais sendo estimulada pelo Estado e pelo mercado externo. Ela traz conseqüências extremamente malélicas tanto no que se refere ao meio ambiente, devido ao seu caráter monocultor, como pela dizimação da natureza para fins especulativos. Ainda está vinculada ao falseamento dos biocombustíveis como estratégia de combustível limpo, bem como para as relações sociais aí existentes, haja vista que nessas propriedades canavieiras são encontradas por diversas vezes as condições subumanas de trabalho: escravo e semi-escravo. Podemos dizer que dentro das relações capital e trabalho, há uma licença não oficial para a reedição do escravismo vinculado a determinadas atividades econômicas com destaque para a canaveira. Para apagar tal realidade a denúncia por si só não tem tido o efeito esperado. Assim, Souza coloca que é com base nesta realidade que:

(...) a CPT, no âmbito de suas ações vêm denunciar uma série das questões que caracterizam o campo brasileiro hoje e o processo de desumanização contido no bojo dos discursos da modernização e do agronegócio, na expropriação das condições objetivas e na exploração do trabalho, em níveis inaceitáveis. Denuncia este processo como intrinsecamente malélico porque baseado na exploração e na violação dos direitos humanos sociais e ambientais, como premissa para o financiamento da expansão agrícola, industrial e tecnológica; denuncia ainda o agronegócio como fenômeno econômico gerador de desigualdade social, de degradação ambiental e trabalho escravo, como a sua faceta mais trágica. Também o favorecimento do Estado a este processo, com perdão e renegociação de dívidas e várias formas de subsídio e financiamento, premiando oligopólios que cresceram sob os auspícios da grilagem e concentração da terra, de fraudes e desvios de dinheiro público, da impunidade em casos de violência contra os trabalhadores e do trabalho escravo; a crescente precarização das condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais, a manutenção do sistema de migração dos trabalhadores – de maneira especial os nordestinos, que continuam servindo como mão-de-obra barata, através das migrações para, promovendo a desagregação familiar, comunitária e cultural de nosso povo. (SOUZA, 2008: 119)

Outro mito bem difundido em favor do agronegócio, e por muitas vezes tomado como verdade pela população brasileira, está relacionado não ao desenvolvimento do agronegócio e sua estrutura fundiária pautada no latifúndio, mas sim na sua capacidade de produtividade e produção mais relevante e significativa do que as pequenas e médias propriedades do país. Estas são taxadas em diferentes contextos históricos enquanto atrasadas e com baixa produtividade, e segundo alguns autores, tendendo a sua extinção uma vez que não se modernizam, não conseguem competir com as empresas rurais capitalistas e capitalizadas.

Segundo Silva (1989), a produção agropecuária das pequenas propriedades já não eram tão expressivas durante o final da década de setenta, já que os pequenos estabelecimentos diminuíam sua participação na economia nacional, ressaltando nessa perspectiva a importância dos complexos agroindustriais para a economia brasileira. Verifica-se que a realidade expressa nos dados apresentados pelo IBGE posteriormente a esse período, em 1995, onde os complexos agroindustriais já estavam instalados e se expandindo no país, em se tratando da produção nacional. Destaca-se que, embora o agronegócio concentre a maior parte das terras, são as pequenas e médias propriedades quem produzem a maior parte dos produtos e das criações e são as responsáveis pelo abastecimento da quase totalidade do mercado interno. Isto quer dizer que, a produção agrícola que os complexos agroindustriais dizem ser sua, na realidade é produto das pequenas e médias propriedades rurais.

Na tentativa de fazer um comparativo da participação das pequenas, médias e grandes propriedades na produção agropecuária na década de noventa, tomou-se como parâmetro os dados apresentados pelo IBGE no ano de 1995 que evidenciou os seguintes aspectos: as pequenas e médias propriedades juntas foram responsáveis por 78,2% da produção de bovinos neste ano. Do mesmo modo, constata-se que as pequenas e médias propriedades mantêm as maiores produções nas diversas atividades agropecuárias, como por exemplo, o rebanho de bufalinos somando 69,1% de toda produção nacional, o rebanho de eqüinos com total de 90,5% (em 1995/96), assim como pela maioria do rebanho de asininos com 87,1% da produção total do país. O predomínio da criação nas pequenas propriedades se estende também para o rebanho de caprinos (78,1% do total), coelhos (93,1%), suínos (87,1%), ovinos (55,5%) e aves (87,7%). Por meio dos dados apresentados pelo IBGE, no ano de 1995, as pequenas e médias propriedades são as responsáveis pela maior parte dos rebanhos produzidos no país, assim como, a maior parte da produção de algodão herbáceo (55,1%), feijão (78,5%), fumo em folha (99,5%), mandioca (91,9%), milho em grão (54,4%), tomate (76,4%) e trigo em grão (60,6%) foram produzidos nas pequenas propriedades. Já as médias propriedades, se destacaram na produção de cana-de-açúcar, com 47,1%, e soja em grão (43,7%), cultivos estes destinados ao mercado externo. As grandes propriedades apresentam um resultado produtivo, no tocante ao cultivo da cana-de-açúcar, com 33,1%, e soja em grão (21,9%). Já os resultados mais expressivos dos complexos agroindustriais estão relacionados à silvicultura, estes se apropriando de diversas terras no território brasileiro, de modo mais relevante na região Norte do país.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que a ideologia propagada dos complexos agroindustriais enquanto “salvador” do campo brasileiro e garantidor da maior produção desse espaço agrário, se constitui enquanto uma falácia, haja vista que a maior produção agropecuária é proveniente e vêm se mantendo do trabalho realizado nas pequenas e médias propriedades. Todavia, se faz relevante assinalar as novas formas que o agronegócio vem desenvolvendo para se apropriar do produto do trabalho camponês e de suas diversas formas de sujeitar o trabalhador do campo a uma inserção cada vez maior no sistema do capital, representando assim uma forma de dependência e subordinação desse trabalhador aos ditames do capital, perdendo sua autonomia de produzir. Partindo desse pressuposto, Oliveira (2005) traz como possibilidade para reprodução da agricultura camponesa e concretização do projeto de reforma agrária, a partir da compreensão e viabilidade dessa proposta, enquanto uma política de desenvolvimento, de cunho econômico, político e social com objetivo de consolidação da classe camponesa.

A expansão do agronegócio resultou na difusão de um novo modelo de produção agropecuária e uma transformação nas relações sociais de produção, nas relações de trabalho. Onde vários lugares transformam-se em pontos das redes agroindustriais globalizadas passando a existir uma mudança do padrão de produção acompanhado de um aumento do mercado de trabalho agrícola em moldes capitalistas, especialmente a partir dos anos 1990 (Elias In: Spósito, 2007). A inserção cada vez mais intensa de capital, tecnologia e informação nessas atividades propiciaram o aumento da divisão de tarefas e das funções produtivas e administrativas. Como resultado observa-se o surgimento de uma nova dinâmica populacional, migração ascendente das populações atingidas pelo novo modelo de produção e descendente de profissionais especializados nas demandas do agronegócio, de origem e vivência urbana.

Passa a haver então, o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, com o incremento da miséria no campo. Camponeses, pequenos proprietários e expropriados, são expulsos do campo e passam a adensar as periferias urbanas que se caracterizam pela ausência de uma infra-estrutura condizente com as necessidades da população. Acentuam-se as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criar muitas novas disparidades, com as políticas

públicas voltada ideologicamente para “redução” dessas desigualdades, mas o seu caráter compensatório serve apenas para mudar para manter uma vez que as reformas estruturais, não se fazem presente no cenário político brasileiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito do avanço no meio técnico científico informacional, mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas e a aparente elevação nas condições e qualidade de vida de parcela da população mundial. Observa-se, no entanto, que a contradição capital x trabalho, continua separando os homens entre aqueles que dispõem dos seus braços e mentes a serem colocados à disposição para funcionamento da máquina capitalista e aqueles que serão os responsáveis pela exploração da força de trabalho. O desenvolvimento econômico continua ditando o tom das relações entre os homens e destes com a natureza, esta concebida também como mercadoria a ser explorada, vencida e esgotada, a fim de fazer com que o capitalismo continue existindo e se reproduzindo. É um modelo de sociedade que não se sustenta, mas tendo em vista as várias e incontáveis facetas que assume, vende ideologicamente a idéia de que chegamos ao modelo ótimo de sociedade, quando pelo esforço individual, pela coragem e bravura de cada homem, este poderá ascender socialmente e desfrutar das benesses que o capitalismo tem a oferecer apenas e tão somente para alguns poucos que se tornam rolo compressor dos seus pares e atinge os níveis mais elevados na escala social.

O Estado brasileiro vem interferindo principalmente a partir da década de 1970 na reestruturação das forças produtivas ocasionando alterações significativas no cenário econômico do país de modo que os espaços urbano e rural cada vez mais se interdependem nas dimensões política e econômica. Neste sentido pensar a melhoria nas condições e qualidade de vida da população trabalhadora passa necessariamente pelo desenvolvimento de políticas macroeconômicas, mas e acima de tudo, na mudança de paradigma quando o ser humano passe a ser valorizado e seja de fato prioridade e o mercado seja utilizado para servir às necessidades do homem e não como se processa na atualidade. É necessário mudar de fato e não simplesmente a elaboração e execução de políticas compensatórias que visam simplesmente mudar para manter.

5. BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. **Políticas Neoliberais e Reestruturação Produtiva**. In: POCHMANN, Márcio (Org.). **Reestruturação Produtiva – Perspectivas de Desenvolvimento Local com Inclusão Social**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ANDERSON, Perry. **Balaço do Neoliberalismo**. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil, uma Potência Regional na Economia-Mundo**. 2ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.
- CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI. Possibilidades e Condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2005.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2006**. (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista Gonçalves Afonso e Maria Madalena Santos). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2007, 236p.

- COSTA, Lúcia Cortes da. **Os Impasses do Estado Capitalista. Uma Análise sobre a reforma do Estado no Brasil.** Ponta Grossa : UEPG, São Paulo: Cortez, 2006.
- ELIAS, Denise. **Agricultura e Produção de Espaços Urbanos não Metropolitanos: Notas Teórico – Metodológicas.** In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: Espaços em Transição.**São Paulo : Expressão Popular, 2007.
- IBGE. **Censo Agropecuário do IBGE – 1995/6.**
- LEITE, Sérgio. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001.**
- MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil** (Terra e poder: o problema da terra na crise política). 2ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 1984.
- _____. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** São Paulo: Vozes, 1981.
- _____. **A Sociedade vista do Abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** 2ed. São Paulo: Vozes, 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo brasileiro e o agronegócio no Brasil.** In: Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 19. n. 21, jul\dez, 2003, p. 113-156.
- _____. **Violência e Barbárie: a grilagem de terra no Brasil.** In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2005.** (Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso). Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2005, 264p.
- OLIVEIRA, Vanessa Dias. **As tecnologias e suas Interfaces no Campo como Estratégia de Controle do Capital.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe.
- PONTES, Beatriz Maria Soares. **As Mudanças no Processo Produtivo Capitalista e suas Repercussões nas Cidades Médias Nordestinas.** In: SOBARZO, Oscar.(Org.). **Cidades Médias: Produção do Espaço Urbano e Regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ROCHA, Rosângela Resende. **As Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional no Baixo Cotingüiba.** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe.

Webpages

www.portaodoagronegocio.com.br

www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/06-9-1-Suzane.pdf